

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e acionistas da  
São Mateus Agropecuária Ltda.  
Varjão de Minas - MG

### Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da São Mateus Agropecuária Ltda. ("Empresa"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis" as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Mateus Agropecuária Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

#### Ausência de encargos tributários sobre operações de mútuo

A Empresa possui registrados na rubrica "Partes relacionadas", no ativo e passivo não circulante, os montantes de R\$ 22.074 mil e R\$ 692 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024, referente a operações de mútuo com partes relacionadas. A Empresa não tem como prática o cálculo e registro de encargos financeiros e tributos sobre as operações de mútuo. Consequentemente, não nos foi possível nas circunstâncias efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à adequação do referido saldo registrado nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024, bem como mensurar o valor de possíveis contingências fiscais inerentes a essas operações no resultado e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2025.

# SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2024	2023		Nota explicativa	2024	2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.013	83	Fornecedores		2.147	1.949
Contas a receber de clientes	5	77	143	Empréstimos e financiamentos	11	24.180	3.046
Estoques	6	18.940	10.629	Arrendamento - Direito de uso	13	1.492	953
Impostos a recuperar	7	1.936	1.267	Obrigações trabalhistas e tributárias		973	509
Outros ativos circulantes		287	97	Outros passivos circulantes		237	295
		<u>22.253</u>	<u>12.219</u>			<u>29.029</u>	<u>6.752</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	8 a)	22.074	20.682	Empréstimos e financiamentos	11	1.822	18.345
Outros ativos não circulantes		1.572	1.425	Arrendamento - Direito de uso	13	1.924	1.159
		<u>23.646</u>	<u>22.107</u>	Partes relacionadas	8 b)	692	-
						<u>4.438</u>	<u>19.504</u>
<b>Investimentos</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	9	10.448	3.847	Capital social	14	36.715	36.715
Ativo biológico	10	3.885	3.602	Prejuízos acumulados		(9.930)	(21.169)
Intangível		19	26			<u>26.785</u>	<u>15.546</u>
		<u>14.353</u>	<u>7.476</u>				
<b>Total do ativo</b>		<u><u>60.252</u></u>	<u><u>41.802</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>60.252</u></u>	<u><u>41.802</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita líquida de vendas	15	38.017	20.494
Custo das vendas		(18.246)	(8.970)
Lucro bruto		19.771	11.524
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	16	(5.920)	(2.877)
Despesas tributárias		(152)	(89)
Outras (despesas)/receitas operacionais	17	222	525
		(5.850)	(2.441)
Resultado operacional antes das despesas financeiras, líquidas		13.921	9.083
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	18	30	218
Despesas financeiras	18	(2.712)	(4.097)
		(2.682)	(3.879)
Lucro líquido do exercício		11.239	5.204

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	<u>11.239</u>	<u>5.204</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u><u>11.239</u></u>	<u><u>5.204</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

---

# SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	(Prejuízos)/lucros líquidos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	36.715	(26.373)	10.342
Lucro líquido do exercício	-	5.204	5.204
Saldos em 31 de dezembro de 2023	36.715	(21.169)	15.546
Lucro líquido do exercício	-	11.239	11.239
Saldos em 31 de dezembro de 2024	36.715	(9.930)	26.785

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	11.239	5.204
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação, amortização e exaustão	1.807	1.050
Juros sobre arrendamento - direito de uso	438	161
Juros empréstimos e financiamentos	2.649	3.321
Valor residual do ativo permanente baixado	297	1.973
	<u>16.430</u>	<u>11.709</u>
(Aumento) líquido nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	66	263
Estoques	(8.311)	(2.880)
Impostos a recuperar	(669)	(241)
Outros ativos	(337)	(640)
	<u>(9.251)</u>	<u>(3.498)</u>
Aumento/(redução) líquido nos passivos operacionais:		
Fornecedores	198	(976)
Obrigações trabalhistas e tributárias	464	5
Juros pagos	(322)	(7.876)
Outros passivos	(58)	2
	<u>282</u>	<u>(8.845)</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>7.461</u>	<u>(634)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ativo biológico	198	(1.861)
Ativo imobilizado e intangível	(9.179)	(4.015)
Adição de arrendamento - direito de uso	2.726	2.965
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(6.255)</u>	<u>(2.911)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	5.284	20.260
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.000)	(29.400)
Partes relacionadas, líquidas	(700)	13.079
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(1.860)	(1.014)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>(276)</u>	<u>2.925</u>
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>930</u>	<u>(620)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83	703
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.013	83
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>930</u>	<u>(620)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A São Mateus Agropecuária Ltda foi constituída em 1979, na forma de sociedade anônima e transformada em sociedade limitada em outubro de 2018. A companhia atua na área de agricultura produzindo café, milho, soja e feijão.

2. Bases de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração e aprovou as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 em 07 de maio de 2025.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos a despesa de venda;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas foram expressas em Reais, exceto se indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as normas exigidas pelo CPC, no que tange que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5: contas a receber de clientes (provisão para perdas);
- Nota Explicativa nº 6: estoques (provisão para perdas);
- Nota Explicativa nº 9: imobilizado (depreciação).

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- Passivo financeiro designado como proteção (hedge) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (hedge) é efetiva;
- Uma proteção (hedge) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

### 3.2. Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ela transfere o direito ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Empresa tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalente de caixa, Contas a receber de clientes, títulos de renda variável e outros créditos.

#### (ii) Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e partes relacionadas, fornecedores, outras contas a pagar.

### 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Os riscos envolvendo essas transações estão apresentados na nota explicativa 20.

### 3.4. Contas a receber de clientes e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, reduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 180 dias, quanto a: i) justificativa do cliente para o atraso; ii) renegociação e/ou parcelamento do título; iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis.

### 3.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condição atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. O custo dos ativos biológicos após colheita é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

### 3.6. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda, sendo que quaisquer alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. Os ativos biológicos compreendem as plantações de café, milho grão, soja, feijão.

Como o valor justo destes ativos deve ser facilmente determinado, eles são inicialmente reconhecidos e subsequentemente avaliados ao valor justo menos as despesas com vendas. Por ocasião da colheita, o café, soja, milho, feijão são reconhecidos em "Estoques" pelo valor justo menos as despesas de venda e não mais remensuradas.

### 3.7. Imobilizado

#### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

(ii) O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes referentes à ganhos ou perdas decorrentes de hedges de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo imobilizado em moeda estrangeira. O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(iii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos que serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iv) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- Instalações: 10% ao ano;
- Máquinas e equipamentos: 10% ao ano;
- Veículos: 20 % ao ano;
- Móveis e utensílios: 10% ao ano.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

### 3.8. Redução ao valor recuperável

#### (i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### (ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferido ativo, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Sujeito ao limite do segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de tal forma que o nível no qual o teste de redução ao valor recuperável é realizado reflita o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### 3.9. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

### 3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

### 3.11. Receita operacional

#### (i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de madeira e papel, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; entretanto, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo transportador localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos. Para a venda de gado, a transferência ocorre mediante o recebimento pelo cliente.

(ii) Prestação de serviços

A receita com a prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de elaboração das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência às pesquisas de trabalhos realizados. Quando serviços incluídos um mesmo acordo é prestado em períodos diferentes, a contraprestação de receitas é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

(iii) Comissões

Quando o Grupo atua na qualidade de um agente, ao invés de um principal, em uma transação, a receita reconhecida é o valor líquido da comissão recebida pelo Grupo.

(iv) Receita de aluguel

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como outras receitas.

3.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora) e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação diferidas, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e contraprestações contingentes e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

### 3.13. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência dos exercícios e considera:

- (i) As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculadas de acordo com as normas do Regulamento do Imposto de Renda;
- (ii) As receitas, custos e despesas são apropriados de acordo com o regime de competência dos exercícios. Considera ainda nos reconhecimentos de receitas a extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e suas investidas, quando possa ser mensurada de forma confiável, sendo creditada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

### 3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa possui, em 31 de dezembro de 2020, bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, para compensação de acordo com o limite de 30% do lucro tributável de cada exercício.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;

Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível;

Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperado por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria o Grupo a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

3.15. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens similares, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado quando apropriado. Custo de substituição depreciado reflete ajustes por deterioração física, assim como obsolescência funcional e econômica.

(ii) Ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos é baseado no preço de mercado dos volumes comercializados, líquidos dos custos.

(iii) Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Os valores justos de contas a receber e outros recebíveis, são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações contábeis.

(iv) Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração.

Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

1.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;

- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

1.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

## SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

---

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos dos caixas e equivalentes de caixa estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em renda fixa (DI) junto ao Banco BMG.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bancos - conta corrente	663	83
Aplicações financeiras	350	-
Total	<u>1.013</u>	<u>83</u>

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e à análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros está divulgada na Nota Explicativa nº 20.

### 5. Contas a receber de clientes

Composto por créditos a receber na venda de produtos no mercado interno e em exportações, sendo reconhecidos em resultado de acordo com a competência dos valores, em conformidade aos critérios mencionados na Nota explicativa 3.4. Com base na expectativa de recebimento dos montantes envolvidos, a Administração efetivou provisão para perdas nos saldos recebíveis, em valor julgado suficiente para fazer face aos riscos inerentes de não realização nos mesmos. Os saldos constantes em clientes estão assim representados:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Duplicatas a receber	77	143
Total	<u>77</u>	<u>143</u>

A exposição da Empresa a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e a outras contas, é divulgada na Nota Explicativa nº 20.

### 6. Estoques

Constituído por produtos agrícolas, milho, soja e café "in natura". Todos os itens existentes estão mensurados pelo custo de aquisição ou produção:

## SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Matéria prima e produtos auxiliares	4.100	1.212
Produtos em processo	8.709	4.454
Estoque em poder de terceiros	5.666	4.925
Outros estoques	465	38
Total	<u>18.940</u>	<u>10.629</u>

### 7. Impostos a recuperar

Saldos registrados referem-se a impostos a recuperar do ano corrente e de exercícios passados, o saldo de impostos a restituir está apontado pelo valor nominal na data de encerramento do exercício:

	2024	2023
IRPJ	34	208
COFINS à recuperar	1.376	746
PIS à recuperar	300	163
ICMS à recuperar	200	143
CSLL	2	2
Outros	24	5
Total	<u>1.936</u>	<u>1.267</u>

### 8. Partes relacionadas

Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.145/08, que aprova a NBC T 17, e CPC 05 (R1) e correspondentes (IAS 24), a Administração faz divulgação sobre partes relacionadas, informando que:

O Grupo adota política de remuneração ao pessoal chave da administração que inclui seus Diretores executivos e não executivos, Conselho de Administração e todos os administradores da Empresa.

#### Ativo não circulante

- a) As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.

Corresponde à saldos realizados de mútuos celebrados junto a empresas e pessoas ligadas, bem como com terceiros, com a remuneração dos valores históricos com base nos juros acordados nos respectivos contratos, e apuração e registro dos encargos devidos de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras sobre os montantes envolvidos, quando aplicável.

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

---

As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Empresa, foram realizadas em condições acordadas entre as partes envolvidas, e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

Os saldos de transações com partes relacionadas em 31 de dezembro, estão assim representados:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Comercial Mineira S.A.	-	629
RAJ Participações Ltda.	22.074	19.858
Empresa Agrícola São Gabriel	-	195
Total	<u>22.074</u>	<u>20.682</u>

Passivo não circulante

- b) As operações com Empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Outras partes relacionadas	<u>692</u>	<u>-</u>
Total	<u>692</u>	<u>-</u>

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

9. Imobilizado

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Empresa e está demonstrado como segue:

	Terrenos	Veículos	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Imobilizações em Andamento	Moveis e Utensílios	Arrendamento Direito de uso	Outros	Total
Custo ou avaliação									
Saldos em 31 de dezembro de 2022	162	211	73	86	1.923	4	-	388	2.847
Aquisição	-	-	-	144	900	4	2.965	2	4.015
Depreciação	-	(24)	(8)	(18)	-	(1)	(962)	(29)	(1.042)
Baixa Líquida	-	-	-	-	(1.969)	-	-	(4)	(1.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>162</u>	<u>187</u>	<u>65</u>	<u>212</u>	<u>854</u>	<u>7</u>	<u>2.003</u>	<u>357</u>	<u>3.847</u>
Custo total	162	236	87	240	854	8	2.965	405	4.957
Depreciação acumulada	-	(49)	(22)	(28)	-	(1)	(962)	(48)	(1.110)
Valor contábil	<u>162</u>	<u>187</u>	<u>65</u>	<u>212</u>	<u>854</u>	<u>7</u>	<u>2.003</u>	<u>357</u>	<u>3.847</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	162	187	65	212	854	7	2.003	357	3.847
Aquisição	-	675	-	2.089	3.516	36	2.754	109	9.179
Depreciação	-	(70)	(9)	(80)	(72)	(3)	(1.511)	(55)	(1.800)
Baixa Líquida	-	-	-	(297)	-	-	-	-	(297)
Transferência	-	-	-	186	(1.309)	-	-	642	(481) (a)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>162</u>	<u>792</u>	<u>56</u>	<u>2.110</u>	<u>2.989</u>	<u>40</u>	<u>3.246</u>	<u>1.053</u>	<u>10.448</u>
Custo total	162	911	87	2.219	2.989	44	5.720	1.157	13.289
Depreciação acumulada	-	(119)	(31)	(109)	-	(4)	(2.474)	(104)	(2.841)
Valor contábil	<u>162</u>	<u>792</u>	<u>56</u>	<u>2.110</u>	<u>2.989</u>	<u>40</u>	<u>3.246</u>	<u>1.053</u>	<u>10.448</u>
Taxas anuais de depreciação - %		4%	4%	10%	20%	10 à 33%		10 à 20%	

(a) Valores transferidos para Ativo Biológico.

## SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

---

### 10. Ativo Biológico

Os ativos biológicos da entidade referem-se a plantações de café, utilizadas na produção de grãos destinados à comercialização. Os ativos estão mensurados pelo valor de custo menos depreciação.

	2024	2023
Saldo inicial	3.602	1.741
Adições	-	1.968
Transferência do imobilizado	481	-
Exaustão	(198)	(107)
Saldo final	<u>3.885</u>	<u>3.602</u>

### 11. Empréstimos e financiamentos

Valores contratados junto a instituições financeiras, tendo como finalidade a aquisição de bens ao Imobilizado de uso e captação de recursos para capital de giro, demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos de juros contratados, incorridos até o encerramento do exercício.

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão assim representados:

	2024	2023
Empréstimos para capital de giro		
Banco ABC Brasil	23.644	18.345
Banco Safra	2.358	-
Banco Intermedium	-	3.046
Total	<u>26.002</u>	<u>21.391</u>
Circulante	24.180	3.046
Não circulante	1.822	18.345

Os empréstimos bancários vencem até outubro de 2029, com juros prefixados e corrigidos pela CDI + taxa conforme o contato firmado junto à instituição financeira:

Produto	Tipo Correção
Cédula de crédito bancário	CDI + 1,30%
Finame	CDI + 4,34%
Cédula de crédito bancário	pré fixado 11% a.a

## SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Os empréstimos bancários são garantidos por fiança e aval dos sócios e não há covenants.

As movimentações de empréstimos e financiamentos estão assim demonstradas:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	21.391	35.086
Captações	5.284	20.260
Juros provisionados	2.649	3.321
Juros pagos	(322)	(7.876)
Amortização	(3.000)	(29.400)
Saldo final	<u>26.002</u>	<u>21.391</u>

### 12. Contingências

Uma contingência é reconhecida em nosso balanço quando: (a) a Empresa tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas com nossos assessores legais e consultores jurídicos internos.

A Empresa tem processos em andamento de natureza trabalhista e tributário na esfera judicial com probabilidade de perda possível, que representam demandas passivas no montante líquido estimado de R\$ 1.900 mil em 31 de dezembro de 2024.

### 13. Arrendamento - Direito de uso

A contabilização dos Arrendamentos Mercantis de acordo com o CPC 06-R2

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	2.112	-
Adições	2.726	2.965
Juros do exercício	438	161
Pagamentos realizados	(1.860)	(1.014)
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro	<u>3.416</u>	<u>2.112</u>
Circulante	1.492	953
Não Circulante	1.924	1.159

## SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

---

### 14. Patrimônio líquido

O Capital Social de R\$ 36.715 mil é dividido em 183.577.142 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 0,20 centavos:

	Quantidade de ações	Participação R\$	Participação (%)
Raj Participações S.A	183.577	36.715	100,00%
Total	183.577	36.715	100%

### 15. Receita líquida de vendas

As receitas são representadas por vendas de produtos agrícolas tais como café, milho e soja:

	2024	2023
Venda no mercado nacional	39.031	20.940
Impostos incidentes s/ vendas e serviços	(1.008)	(446)
Vendas canceladas	(6)	-
Total	38.017	20.494

### 16. Despesas administrativas e gerais

	2024	2023
Despesas com pessoal	(3.230)	(1.197)
Serviços de terceiros	(1.355)	(910)
Despesas com material consumo	(645)	(63)
Viagens e estadias	(81)	(47)
Perdas diversas	(37)	(319)
Outras despesas gerais	(572)	(341)
Total	(5.920)	(2.877)

### 17. Outras (despesas)/receitas operacionais

	2024	2023
Receitas eventuais	172	207
Outras receitas operacionais	50	318
Total	222	525

## SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

---

### 18. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas

O resultado financeiro líquido está assim representado:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	2	1
Juros ativos	14	29
Rendimentos de aplicação financeira	14	188
	<u>30</u>	<u>218</u>
Despesas financeiras		
Juros	(2.655)	(3.686)
Outras despesas financeiras	(57)	(411)
	<u>(2.712)</u>	<u>(4.097)</u>
	<u>(2.682)</u>	<u>(3.879)</u>

### 19. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Empresa possui, em 31 de dezembro de 2024, bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais geral e da atividade rural a compensar com lucros tributáveis futuros, sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, para compensação de acordo com o limite de 30% do lucro tributável de cada exercício do saldo da atividade geral e 100% da atividade rural.

Em virtude de incertezas quanto ao prazo de recuperação dos referidos créditos e à falta de histórico de lucratividade, a Empresa optou, conservadoramente, por não constituir imposto de renda diferido conforme CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

As declarações de rendimentos da Empresa estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação e prazos de prescrição aplicáveis.

### 20. Instrumentos financeiros

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

a) Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria tem a responsabilidade para o estabelecimento da supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. A Estrutura de gerenciamento de risco e definição das estratégias é sempre definida em conjunto com o Controlador da Empresa. A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um contrato de financiamento de projetos sociais, ou de uma contraparte de um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, tem nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Empresa gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

d) Exposição a riscos de taxas de juros

A Empresa está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente atreladas às variações do CDI, TJLP e IGPM, nas aplicações financeiras em reais citada na nota explicativa nº 4, empréstimos e financiamentos na Nota Explicativa nº 11 e nas duplicatas a receber de clientes em reais conforme citados na nota explicativa número 5.

21. Cobertura de seguros (Não auditado)

A Empresa avalia a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

---

Ricardo Annes Guimarães  
Diretor

---

Vanilce dos Santos Oliveira  
Contador CRC 091.646/O-0